

PROJETO CARA DE ÍNDIO – VERSÃO SIMPLIFICADA

José de Arimatéa Nogueira Alves

UNID – União Nacional dos Índiosdescendentes (Salvador)

unidbrasil@yahoo.com.br

Palavras chave: Cultura – Identidade – Índios.

INDICE

I PARTE

1.A história da UNID

2.Equipe técnica

3.Sumário

II PARTE

1.Introdução

2.Objetivos

2.1.Geral

2.2.Específicos

3.Fundamentação histórica

3.1.Índios na história do Brasil

3.2.Índios na história da Bahia

3.3.Índios na história de Salvador

4.Índios e índio-descendentes: contextualização

4.1.Índio-descendentes

4.2.Afinal, quem são os índio-descendentes?

5 Metodologia

5.1. Formulário FI

5.2. Formulário FID

5.3. Procedimentos de campo

5.4. Processamento de dados e imagens

6. Cronograma

7. Orçamento

8. Conclusão

I PARTE

1. A história da UNID



A UNID – União Nacional dos Índiosdescendentes, é uma associação civil, de caráter sócio-cultural, sem fins lucrativos, laica, de direito privado, fundada em 27 de dezembro de 2002, com sede social à Av. Sete de Setembro, 62, Sala 317, Edifício SULACAP (Praça Castro Alves), cidade de Salvador, inscrita no CNPJ sob nº 05.926.814/0001-75, tendo por objetivo social a congregar pessoas consideradas índio-descendentes, com o objetivo de organiza-los socialmente, estudar, debater, divulgar e defender a cultura dos povos indígenas, bem como apóia-los em suas grandes reivindicações.

Nos últimos três anos a UNID esteve presente em vários debates sobre a história, cultura indígena, identidade e etnicidade, promoveu ou participou de seminários, projeção de filmes, encontros e conferências. Essa entidade integrou o GT instituído pela reitoria da UFBA, no ano de 2003, com a missão de propor uma política de inclusão social que resultou na adoção do sistema de cotas no vestibular de 2005, com acesso diferenciado para “índios”, “índio-descendentes” e “negros”. Em 2004 liderou a campanha pela subscrição de um memorial e abaixo-assinado propondo a instituição da “Semana Municipal da Consciência Indígena”, aceito pelo líder da oposição (PT/PCdoB) que o transformou em ante-projeto que tramita na Câmara Municipal de Salvador e já recebeu parecer favorável em três dessas comissões legislativas. Pelo segundo ano consecutivo realizou a Semana da Consciência Indígena, na cidade de Salvador, na terceira semana de abril, inclusive a segunda Caminhada dos Índio-descendentes no Dique do Tororó. Integra o Fórum de Entidades e Movimentos em Defesa dos Direitos Humanos do Estado da Bahia e em 2004 credenciou um associado (Diretor) que foi selecionado e participou do programa “Cátedra Andrés Bello”, convênio internacional com a UFBA/FACOM. Ademais, em 2005 a UNID credenciou delegados (um para cada) para as conferências municipal e estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, iniciativa da SEPPIR (Governo Federal).

2. Equipe técnica



Concepção e relatoria: José de Arimatéa Nogueira Alves (Diretor-Presidente da UNID, bel. Em administração pública, consultor de organizações sócio-culturais).

Consultoria científica:

- Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso (Doutora em história social, Coordenadora do PPG do Curso de História/FFCH/UFBA, membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).
- Dr. Vitor de Athayde Couto (Doutor em economia agrícola pela Universidade de Sorbonne, professor do Mestrado de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas-UFBA, Consultor da FAO/ONU).

Consultoria geral e revisão:

- Anderson dos Santos Paiva (Diretor Administrativo-financeiro da UNID, artista plástico, bacharel em Artes Plásticas pela Escola de B. Artes - UFBA, mestrando pela Escola de Belas Artes – UFBA).

Revisão:

- Carla Guedes de Mattos (Diretora Institucional da UNID, licenciada em biologia, professora do Estado da Bahia)

Maria Angélica G. Alves (Associada da UNID, bacharela em turismo e em técnicas comerciais)

Salma de Almeida Sá (Associada da UNID, bacharela em Artes Plásticas (completo) e em Arquitetura (incompleto), monitora em ACC-EBArtes/UFBA/Arte Indígena)

3. Sumário

O “Projeto Cara de Índio” (PCI) decorre da importância do reconhecimento, pela comunidade, da população considerada “indígena” e “índio-descendente”, no município de Salvador. Para viabilizar tal propósito a concepção do PCI recorre a métodos tradicionalmente utilizados no campo da história e da antropologia social e cultural a fim de



levantar dados, ouvindo diretamente a população alvo, a fim de que seja possível construir um quadro de referência atual. Desse modo, serão enfocados os cenários-ambientes macro(nacional), regional (Bahia) e o municipal (Salvador, cidade piloto).

Para contextualizar os indivíduos, alvos da investigação, serão realizadas correlações no âmbito super-estrutural da história, relações do estado e do direito e na vida econômica desses indivíduos no espaço urbano (Salvador).

A metodologia a ser utilizada implicará no cadastramento de parcela da população alvo, mediante o preenchimento de um dos formulários básicos (FI ou FID), além da coleta do “depoimento de vida” de parte (máximo 10%) dos entrevistados.

Os dados contidos nos formulários, assim como os “depoimentos de vida” serão processados para um banco de dados e disponibilizados a pesquisadores para fins de análise e interpretação. As entrevistas serão gravadas em áudio, degravadas e fotografadas. Todas as etapas do PCI serão utilizadas como argumento e roteiro de um documentário digital de com duração de 30 minutos.

Os depoimentos de vida serão disponibilizados para o Museu da Pessoa.Net (SP), conforme protocolo a ser firmado entre a UNID e a citada instituição.

II PARTE

1. Introdução

O PCI é uma investigação inédita no campo da etno-gênese nacional. Até a presente data, embora saibamos que grande parcela da população nacional descende dos povos indígenas (33%, conforme estudos genéticos da UFMG, coordenado pelo Dra. Sérgio Penna), não foi realizado nenhum levantamento sistemático sobre o perfil do segmento que se define como “índio-descendente”, o qual é visto apenas como “mestiço”, “pardo”, “caboclo” etc, o qual diz quase nada no campo sócio-cultural.

O projeto utilizará a autodefinição como a vontade ou a “verdade” dos entrevistados, o mesmo adotado pelo IBGE na realização dos censos populacionais, adicionando apenas a



categoria “índio-descendente”. Por uma questão óbvia, e por ser pertinente ao conjunto da investigação, os “índios” também serão objeto de interesse na nossa investigação, afinal, na maioria das capitais brasileiras foram poucos os estudos realizados sobre esse grupo nativo.

2. Objetivos

Geral: Dar visibilidade social e criar oportunidade para que os “índios” e “índio-descendentes” domiciliados em Salvador possam expressar-se, contar a sua história de vida, conquistar visibilidade.

Específicos:

A – cadastrar dois mil indivíduos considerados “índios” e “índio-descendentes”, a maior parte dos quais, supostamente, pertencentes ao segundo grupo;

B – Tomar o “depoimento de vida” ou autobiografia de 10% (no máximo) dos cadastrados.

C – Documentar toda a execução do projeto em áudio, fotografia e em vídeo.

D – Produzir um vídeo-documentário, digital, a partir do material do PCI.

E – Organizar um banco de dados (BD) com informações de natureza sócio-econômica e cultural identificadas no processo de execução do PCI.

F – Selecionar e editar as entrevistas (100, no máximo) que serão disponibilizadas na web, via Museu da Pessoa.Net (SP).

3. Fundamentação histórica.

3.1. Os índios na história do Brasil.

A maior parte dos historiadores estima que, por ocasião da chegada dos portugueses à *Pindorama*, a população de nativos era de aproximadamente cinco milhões de indivíduos. Apenas um século depois essa população não passava de um milhão de pessoas. Em meados do século XIX algumas províncias declararam que a população indígena estaria extinta.



Essa profunda depopulação se deu em virtude das “guerras justas” (*injustas*, no nosso entendimento), da exploração sócio-econômica das pessoas e da falta de resistência ao contato com os micróbios trazidos pela população européia e, em parte, pelos africanos.

Hoje, há consenso de que existem entre 220/225 povos indígenas no Brasil, os quais falam entre 170/175 línguas. Atualizando os dados do Censo/IBGE /2000 podemos afirmar que hoje cerca de 800.000 indivíduos se autodefinem como “índios”, metade dos quais convivendo em aldeias ou comunidades tipicamente indígena, a maior parte fora das zonas urbanas. Nos dias atuais apenas no Estado do Piauí não encontramos grupos indígenas organizados.

3.2. Os índios na história da Bahia.

A história do Estado da Bahia é plena de referências aos povos indígenas, desde a data do desembarque dos portugueses no litoral sul, batizado Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Na Bahia, como no resto do Brasil, os índios foram vítimas de genocídio, etnocídio, fato nem sempre reconhecido pelos não-índios. Talvez a burguesia colonial e contemporânea recorra ao mito do encontro das raças para apagar a dolorosa chaga sócio-cultural decorrente do choque de interesses e da ganância colonialista.

Uma das contradições percebidas, ao longo do século, XX, foi a versão sustentada por alguns intelectuais de que a população indígena havia sido extinta ou estava prestes a isso. Daí é comum que as referências a esses povos seja feita no participio passado (“...eram grandes guerreiros...”, “... caçavam e pescavam...”), o que poder ser visto em historiadores reconhecidos e contemporâneos como é o caso de Luis Henriques Dias Tavares.

Atualmente registramos a presença de 15 povos indígenas, aproximadamente 25.000 índios, vivendo em comunidades do litoral Norte, Sul, Região do São Francisco e no Além São Francisco. A saber: Tumbalalá, Atikum, Kiriri, Tupinambá de Belmonte, Tupinambá de Olivença, Pataxó Hã-hã-hãe, Kaimbé, Kantaruré, Xukuru-Kariri, Pankararé, Tuxá, Pataxó, Pankararu e Kariri-Xocó (em Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador).



3.3. Os índios na história de Salvador.

A historiografia não foi generosa com os povos indígenas na cidade de São Salvador, depois chamada apenas de Salvador. Os padres jesuítas e de outras ordens produziram a maior parte dos relatos sobre os índios neste município e na Região Metropolitana, inclusive no Recôncavo da Bahia. As fontes oficiais, além da religiosa, assim como os relatos dos “viajantes”, contêm alusões diversificadas sobre os índios em Salvador, assim como os documentos régios, inclusive correspondência. No entanto não é fácil recompor uma imagem mais fidedigna da forma de viver e de ser desses povos, visto que os registros não tinham intenção documental ou valorativa dessas pessoas. Gregório de Mattos Guerra, conhecido poeta e cronista “maldito” do século XVII, registra a forte presença do sangue indígena nas famílias burguesas de Salvador, ainda que sob o viés da bastardia, o que era encoberto ou não revelado à sociedade. O historiador Luiz dos Santos VILHENA fez diversas referências aos índios nas suas crônicas e relatos sobre Salvador, no século XVIII, inclusive destacando a forte miscigenação, além das crueldades no tratamento dos escravos indígenas. Todavia alguns historiadores conseguiram identificar fontes primárias dando conta da mão-de-obra indígena na fase da construção da cidade antiga, séculos XVI e XVII. Quando da realização do último censo populacional do IBGE/2000 18.712 indivíduos se autodefiniram como “índios”. Portanto, atualizando a tabela 2.1.1 do citado censo é possível declarar que na cidade de Salvador estão domiciliados em torno de 20.000 indivíduos considerados “índios”. Se aplicarmos o critério da pesquisa genética coordenada pelo Dr. Sérgio Penna (UFMG), onde afirma que cerca de 33% da população nacional tem alguma parcela de “sangue indígena”, é possível afirmar que aproximadamente 750.000 habitantes de Salvador podem ser considerados, geneticamente, “índio-descendentes”.

4. Índios e índio-descendentes: contextualização sócio- cultural.

Foi necessário que a igreja apostólica romana editasse uma bula papal a fim de que os “índios” fossem reconhecidos “seres humanos”, o que não foi o bastante, como todos



sabemos. Algumas cartas régias definiram a relação dos colonizadores com as populações indígenas, talvez pressionados pelas críticas de alguns padres missionários. No século XVII Pombal criou a Diretoria dos Índios. No entanto os povos indígenas, ao longo da fase colonial, império e até o começo da República jamais foram vistos pelos representantes do Estado como gente ou categoria social a ser respeitada e protegida.

Em 1910 foi instituído o SPI – Serviço de Proteção aos Índios; a partir de então iniciaram-se as discussões, dentro e fora do governo, sobre a importância e o sentido da “tutela” dos povos indígenas, assumida constitucionalmente pela República. O Marechal Cândido Mariano foi o primeiro homem público a encarnar a missão humanitária de defesa dos povos indígenas, em que pese a visão positivista (ainda hoje um pouco disseminada) de “civilizar” esses povos. A partir de 1967 o SPI foi transformado em FUNAI – Fundação Nacional de Apoio aos Índios, período em que se ampliaram as ações de apoio aos índios nos campos da saúde e os levantamentos territoriais, inclusive a fundação do Parque Nacional do Xingu.

É importante acentuar que, a partir dos anos sessenta (séc. XX) o surgiu um grupo de voluntários, pesquisadores e cientistas, muitos dos quais parceiros da FUNAI e professores das Universidades Federais, dedicados à causa indígena, sobretudo antropólogos, dentre os quais citamos: os irmãos Vilas-Boas, pioneiramente, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Berta Ribeiro, Júlio César Melatti, Lux Vidal etc. É relevante a contribuição do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, entidade vinculada à CNBB, todavia com grande autonomia nas suas concepções sócio-políticas e culturais em favor dos povos indígenas, inclusive da preservação da sua unidade cultural.

4.1. Índio-descendentes.

Algumas pessoas ainda se surpreendem com a autodefinição assumida por indivíduos aparentados com nossos nativos; no entanto estamos diante de um conceito étnico-identitário plenamente defensável, muito além do direito de auto-definição reconhecido pela sociedade contemporânea no campo das ciências humanas e do comportamento.



Afinal, desde o século XVI se iniciou um processo contínuo de miscigenação em torno da genética dos povos nativos. Primeiros foram os mamelucos e posteriormente uma infinidade de combinações direta ou indiretamente (via mestiçagem) com índios, brancos e afrobrasileiros. A existência de grupos indígenas que ainda vivem em acentuado isolamento (Yanomamis, p. ex.) faz com que seja permanente as possibilidades de ampliação do parentesco derivado desses grupos.

Pesquisas sobre herança genética (já citada anteriormente), definitivamente, confirmam a razão de ser de um enorme contingente “aparentado” com os nossos nativos, sem com isso possa lhes ser negado o direito de se autodefinir como “índios”, como tantos desejam. Portanto, “índio-descendentes” são aquelas pessoas que tiveram ancestrais pré-colombianos ou ameríndios (em qualquer época) e que hoje, pelas circunstâncias sócio-econômicas em que se deu a formação da nossa nação, distanciaram-se ou não vivem em uma autêntica comunidade ou aldeia indígena.

Na cidade de Salvador o movimento dos “índio-descendentes” não apenas fundou uma entidade sócio-cultural visando congregar pessoas que se identificam com os princípios contidos no seu estatuto, mas publicam documentos, textos e participam de manifestação em que aprofundam a importância e a razão de ser “índio-descendente”. A inclusão dessa categoria no programa de cotas, nos vestibulares da UFBA, foi um passo significativo para o fortalecimento do “discurso político” pelo direito à visibilidade pretendida por esse grupo de indivíduos.

4.2. Afinal, quem são os “índio-descendentes”?

Legendário herói pernambucano do povo Xucuru, por ser um “caboclo” autodefinido como “índio” sofreu muitas provocações enquanto não organizou e incorporou-se definitivamente a sua aldeia na Serra do Orobó, no município de Pesqueira. Os revoltosos da “Cabanagem” eram, em grande parte, “caboclos” ou “índio-descendentes”, assim como eram quase todos guerreiros de Canudos, adeptos do líder carismático e religioso Antônio Conselheiro. Sila,



assim como Dadá, sobreviventes do massacre policial de Angicos (RN) eram filhas ou netas de índios, a última, Pankararu, precisamente.

Enfim, considerando que esse grupo étnico-identitário é de “carne e osso”, só restaria a empreitada de ouvi-los, quantifica-los e descreve-los a partir das suas informações, na condição de munícipes de Salvador, inicialmente. Isso é o que pretende fazer o PCI.

Há um entendimento muito generalizado de que “índio” mora na mata e veste-se de tanga. Esta é uma afirmação verdadeira, em parte. A generalização da afirmação decorre de preconceito alimentado pela sociedade “não-indígena”. No entanto é bastante comum a presença de índios, vinculados à tradição do seu povo, nos centros urbanos, notadamente em algumas capitais (Rio Branco, Manaus, Belém, São Luiz, São Paulo, Cuiabá e outras). As razões são de ordem diversa, inclusive a busca de oportunidades para um modo de viver mais digno. O PCI levantará elementos colhidos diretamente desse grupo humano, sejam eles vinculados à tradição, autodefinidos como “índios” ou “índio-descendentes”.

5. Metodologia

Pela sua singularidade e pioneirismo (de certo modo) a elaboração do PCI exigiu, como exigirá a sua execução, criatividade sem abrir mão dos métodos e procedimentos clássicos das ciências humanas. Ainda que não se trate de um censo demográfico-racial (esse o IBGE realiza decenalmente) faz-se necessário uma extensa pesquisa bibliográfica e uma discussão em grupo acerca dos critérios definidores do objetivo geral e dos específicos.

Ainda que seja um projeto de cadastramento populacional, recurso muito comum no campo da antropologia, sociologia e da saúde pública (epidemiologia), estarão sendo testadas pelo menos duas hipóteses, a saber:

I) existe população indígena domiciliada em Salvador? Como vivem e o que pensam?

II) como se definem, vivem e pensam os integrantes do grupo étnico-identitário “índio-descendentes”, domiciliado em Salvador?



Consideramos que a primeira das hipóteses já foi comprovada pelo IBGE no Censo/2000, daí o maior interesse na pergunta que segue a primeira (“Como vivem e o que pensam?”). No entanto, com relação aos “índio-descendentes”, pelo que sabemos, não existe nenhum trabalho investigativo (pelo menos publicado) sobre esse grupo autodefinido, daí o caráter pioneiro do PCI.

O número de 2.000 entrevistas foi considerado suficiente para que tenhamos uma boa amostra desse grupo populacional, sobretudo levando em conta o censo do IBGE/2000. Ainda que de forma pouco rigorosa, a metodologia utilizada para a seleção da amostragem levava em conta critérios seletivos do perfil populacional e do universo a ser pesquisado (zona residencial, sexo, idade etc).

Está programado o planejamento detalhado da equipe entrevistadora, assim como o treinamento dos voluntários ou profissionais remunerados integra o PCI.

Os equipamentos, tais como gravadores, máquinas de fotografar e filmar serão adquiridos, conforme estimativa contida no “Orçamento de Despesas” ou arrendados ou alugados, se for a melhor opção final, face as circunstância e patrocínio.

5.1. Formulário FI

PROJETO CARA DE ÍNDIO – UNID (SALVADOR-BA)
FORMULÁRIO INDÍGENA (FI)

I. IDENTIFICAÇÃO/DOMICÍLIO/LAÇOS FAMILIARES



1.Nome civil (e nome étnico, se tiver):

2.Data de nascimento:

3.RG/Órgão emissor:..... –Sexo: 4.Masc.[] 5.Fem.[]

6.Domicílio: Rua/Av.Nº:.....

7.Bairro:

8.Fone:

9.E-mail:.....

-Tem identidade emitida pela FUNAI? 10.Sim[] 11.Não[]

-Identidade decorrente de: 12. Laço de familiar 13. Autodefinição []

- Nasceu em Território Indígena (TI) ou Aldeia? 14.Sim[] 15.Não[]

16.Nome do TI ou aldeia em que nasceu:

17.Município:

18. Estado da Federação:

19.Filiação (pai e mãe):

-Estado civil: 20.Casado[] 21.Solteiro[] 22.Divorc/separado maritalmente[]

23.Viúvo(a) []

- Fala/entende a língua do seu povo? 24.Sim[] 25.Entende/fala um pouco[] 26.Não[]

27.Qual a língua?Se respondeu afirmativamente a “24”ou “25”:.....

28.Há quanto anos está domiciliado em Salvador?:

-Vive maritalmente com esposa/companheira? 29.Sim [] 30.Não[]

- Tem filhos sob sua guarda? 31.Sim[] 32.Quantos?..... 33.Não[]

34.Se vive em comunidade/aldeia urbana, qual o nº de pessoas dessa comunidade?.....

II. TIPO DE MORADIA

35.Alugada[] 36.Cedida sem ônus[] 37.Própria[] – 38.Nº de cômodos:.....



-Condições do imóvel: 39.Casa / barraco precário ou “favela” []
40.Casa/Ap.simples/conjunto popular[] 41.Casa/Ap. padrão médio[] 42.Casa/Ap.
c/acabamento superior[]

III. ATIVIDADE ECONÔMICA/RENDA

-Percebe/ganha alguma renda de qualquer fonte? 43.Sim [] 44.Não[]

-É mantenedor ou “cabeça” de família? 45. Sim [] 46. Não []

-Aposentado p/previdência? 47.Sim [] 48.INSS[] 49.Estadual[] 50.Municipal[]

- Percebe auxílio/cartão de programa do governo federal? 51.Sim [] 52.Não[]

- Autônomo/Ramo: 53.Atividades eventuais/ não especificadas []

54.Fabricação/venda de artefatos/artesanato[] 55.Agricultor/hortic/pecuarista []

56.Fabricante/comerciante de produtos aliment/bebidas/similares[] 57.Prestação de
serviços de instalações hidráulicas, reparos, ofic.mecânica/madeira/pedreiro/similares[]

58.Atividade não especificada[]

-Funcionário público(adm.direta/indireta): 59.Municipal[] 60.Estadual[] 61.Federal[]

-Empregado/setor privado/Ramo:62.Indústria[]63.Comércio[] 64.Agropecuária[]

65.Serviços/escritórios/bancos/hotelaria/restaurante/diversos []

- Empresário/porte: 66.Microempresário[] 67.Pequeno[] 68.Médio[]

- Nível de Renda em SM/Ano: 69.Até 6[] 70.De 6 a 12[] 71.De 12 a 18[]

72.De 18 a 24 [] 73.De 24 a 30[] 74.De 30 a 36[] 75. De 36 a 42[]

76.De 42 a 48 [] 77.Acima de 48[]



IV. ESCOLARIDADE

- Estudou em escola diferenciada para índios? 78.Sim[] 79.Não[]
- Nome da escola/município, se respondeu afirmativamente:

- 80.P.Grau[] 81.S.Grau[] 82.Não[]
83.Nenhuma[] 84.Primeiro Grau incompleto.[] 85.Primeiro Grau completo[]
86.Segundo Grau incompleto[] 87.Segundo Grau completo[]
88Curso técnico/tecnólogo incompleto.[] 89.Curso técnico/tecnólogo completo []
90.Curso Superior, incompleto [] 91.Curso Superior, completo []
92.Mestrado incompleto [] 93.Mestrado completo[] 94.Doutorado incompleto[]
95.Doutorado completo []

V.VIDA COMUNITÁRIA E LAZER

- 96.Passatempo ou lazer preferido, na cidade:.....
- Sente falta da presença de um maior número de pessoas da sua etnia organizados em comunidade?
- 97.Sim [] 98.Não []
- Participa de associação/movimento de defesa dos índios? 99.Sim [] 100.Não[]
 - Se não participa (ref. a pergunta acima), gostaria de participar? 101.Sim[] 102.Não[]
 - Pretende retornar, no futuro, a conviver em comunidade/aldeia indígena?
- 103.Sim [] 104.Não[]

VI. DISCRIMINAÇÃO

- Em alguma ocasião (ou mais de uma) sentiu-se discriminado pelo fato de ser índio?
- 105.Sim [] 106.Quantas vezes?..... 107.Não[] 108.Em que circunstâncias, se respondeu a “105” (local, ambiente, pessoas, data



aproximada):.....
.....
.....
.....

- TEM INTERESSE EM CONTAR A SUA HISTÓRIA DE VIDA PARA QUE A MESMA SEJA DIVULGADA NO PORTAL DO MUSEU DA PESSOA.NET, SEM NENHUM ÔNUS PARA NENHUMA DAS PARTES? 109.SIM [] 110.NÃO[]

NOME E ASSINATURA DO ENTREVISTADOR

.....

SALVADOR, / /

DECLARAÇÃO AUTORIZATIVA DO ENTREVISTADO:

Autorizo, nos termos da legislação brasileira, à UNID – União Nacional dos Índiosdescendentes, manter e dispor das informações pessoais mantidas neste formulário, desde que sem fins comerciais ou lucrativos, estando autorizado a publicar-las em qualquer sob qualquer meio ou veículo de informação/comunicação, além de poder cede-las ao portal do Museu da Pessoa.Net, franqueando-as a estudiosos e pesquisadores, mediante assinatura de termo próprio, a fim de que seja garantido o sigilo da minha identidade civil e dos meus dados pessoais.

Salvador, / /

.....

Entrevistado



ARQ.WORD: PCI FI

5.2. Formulário FID

PROJETO CARA DE ÍNDIO – UNID (SALVADOR-BA)
FORMULÁRIO ÍNDIO-DESCENDENTE (FID)

I. IDENTIFICAÇÃO/IDENTIDADE/DOMICÍLIO/FAMÍLIA

1.Nome:

2. RG/Nº/Órgão emissor: - Sexo: 3.masc.[] 4.fem.[]

5.Data de nascimento: / / 6.Município: 7.Estado :.....

8. Domicílio(Rua/Av.N):

9. Bairro: 10.Fone/celular/fax:

11.E-mail:

12.Filiação(pai/mãe):

- Quanto a sua ascendência racial, considera-se predominantemente:

13.Afro-ameríndio[] 14.Caboclo típico[] 15.Mameluco[] 16.Mestiço de três raças[]

- Sabe ou supõe que um ou todos dos seus ancestrais (pai/mãe, avo/avó, tio avó/avó, bisa, tetra), ainda que hipoteticamente, nasceu (nasceram) em uma aldeia/comunidade indígena?

17.Sim [] 18.Não []

19.De que região ou Estado da federação, se respondeu afirmativamente a “17”?:



- Estado civil: 20.Casado[] 21.Solteiro[] 22.Divorciado/maritalmente separado[]
23.Viúvo(a)[] 24.Nº de filhos e dependentes sob sua custódia:

II. TIPO DE MORADIA

- 25.Alugada[] 26.Própria[] 27.Nº cômodos:.....
28.Casa/barraco precário/barraco tipo favela[] 29.Casa/Ap.simples/conjunto popular[]
30.Casa/Ap.padrão médio[] 31.Casa/AP. c/acabamento superior[]

III.ATIVIDADE ECONÔMICA/RENDA

- Percebe/ganha alguma renda decorrente de trabalho/emprego/auxílio do governo federal?
32.Sim[] 33.Não[]

- É mantenedor ou “cabeça de família”? 34. Sim [] 35. Não []

- Aposentado pela previdência? 36.Sim[] 37.Não[] – Qual? Se respondeu afirmativamente a “36”: 38.INSS[] 39.Estadual[] 40.Municipal []

- Autônomo/Ramo: 41.Atividades eventuais e não especificada[] 42.Fabricante ou vendedor de artefatos/artesanato[] 43.Agricultor/horticultor/pecuarista []
44.Fabricante/vendedor alimento/bebidas em restaurante/lanchonete/garçom/similares[]
45.Prestador de serviços de instalações hidráulicas, reparos, oficina mecânica/madeira/pedreiro similares[] 46.Atividade não especificada[]

-Funcionário público(Administração Direta ou Indireta):

- 47.Municipal[] 48.Estadual[] 49.Federal[]

- Empregado no setor privado/ramo: 50.Indústria[] 51.Comércio[] 52. Agropecuária[]
53.Serviços divs/escrit/bancos/hotel/restaur/transportes/salão de beleza/divs etc[]



-Empresário/Porte: 54.Microempres.[] 55.Pequeno[] 56.Médio[] 57.Grande[]

-Nível de renda, em SM/Ano: 58.Até 6 [] 59.De 6 a 12[] 60.De 12 a 18 []

61.De 18 a 24[] 62.De 24 a 30[] 63.De 30 a 36[] 64.De 36 a 42[]

65.De 42 a 48[] 66.Acima de 48 SM/Ano

IV.ESCOLARIDADE

67.Nenhuma[] - Primeiro Grau: 68. incompl.[] 69. compl.[] –Segundo Grau:

70.incompl[] 71.completo [] -Curso Téc/tecnológico: 72.Incompl.[] 73.Compl.[]

- Curso Superior: 74.Incompl.[] 75.Completo []

-Mestrado: 76.Incompl.[] 77.Compl.[] - Doutorado: 78.Incompl.[] 79.Compl.[]

V.VIDA COMUNITÁRIA/SOCIAL

- Pratica algum tipo de esporte? 80.Sim[] 81.Qual, se pratica?.....

-Além do esporte, tem outro passatempo preferido? 82.[]

83.Qual?.....

-Participa de alguma entidade/movimento/grupo de estudos sobre a cultura indígena?

84.Sim[] 85.Não[]

-Gostaria de participar de entidade/associação/grupo de estudos/debates sobre a organização dos índio-descendentes e sobre a cultura indígena? 86.Sim[] 87.Não[]

VI.DISCRIMINAÇÃO

-Em alguma situação sentiu-se, presumivelmente, discriminado ou preterido por ter traços indígena ou ser índio-descendente? 88.Sim[] 89.Quantas vezes?..... 90. Não[]



91.Em que circunstâncias, se respondeu afirmativamente a “88” (local, ambiente, pessoas envolvidas e data)

.....
.....

TEM INTERESSE EM CONTAR A SUA HISTÓRIA DE VIDA PARA QUE A MESMA SEJA DIVULGADA NO PORTAL DO MUSEU DA PESSOA.NET, SEM NENHUM ÔNUS PARA NENHUMA DAS PARTES? 92.SIM [] 93.NÃO []

NOME E ASSINATURA DO ENTREVISTADOR:

.....

DECLARAÇÃO AUTORIZATIVA DO ENTREVISTADO:

Autorizo, nos termos da legislação brasileira, a UNID – União Nacional dos Índiosdescendentes, manter e dispor das informações pessoais contidas neste formulário, desde que sem fins comerciais ou lucrativos, estando autorizado a publica-los sob qualquer meio ou veículo de informação/comunicação, além de poder cede-las ao Portal do Museu da Pessoa.Net, franqueando-as a estudiosos e pesquisadores mediante assinatura de termo próprio a fim de que seja garantido o sigilo da minha identidade civil e meus dados pessoais.

Salvador, / /

.....

ENTREVISTADO

ARQUIVO WORD: PCI FID



6. Cronograma

Estimamos um prazo de 6 (seis) meses, subdividido em 24 semanas, da fase de Elaboração do Projeto à Preparação do Relatório Final, sendo que as de número “7”, “8” e “9” serão realizadas no mesmo prazo e simultaneamente, a saber:

1. Elaboração do Projeto: 4 semanas
2. Formação da equipe/treinamento: 2 semanas
3. Teste de validação dos formulário: 1 semana
4. Entrevista e cadastramento (FI + FID): 15 semanas
5. Remessa de dados ao MP.NET: 13
6. Relatórios de Controle de Qualidade: 5 semanas (ao final do 2^a ao 6^a mês)
7. Supervisão e Controle: 20 semanas
8. Divulgação e Discussão com a Comunidade: 20 semanas
9. Produção de vídeo – documentário: 20 semanas
10. Preparação do Relatório final: 20 semanas

7. Orçamento

ANEXO IV (Com Notas Explicativas) – PROJETO CARA DE ÍNDIO

ORÇAMENTO DE DESPESAS (VALORES EM R\$ 1,00)

I. Mão de Obra	Nº de pessoas	Remuneração mensal	IR (15%)	ISS (5%)	Subtotal	Nº de meses	Total do sub item	TOTAL
1. CONSULTORIA BÁSICA (CONCEPÇÃO, PESQUISA BIBLIOGRAFICA E RELATORIA)	01	800	120	40	960	04	3.840	



2. COORDENAÇÃO EXECUTIVA0	01	800	120	40	960	05	4.800	
3. SUPERVISÃO E CONTROLE	01	700	105	35	720	05	3.600	
4. PRODUÇÃO DE CADASTRO / 2000	INDET.	6.000	900	300	7.200	-	7.200	
5. PRODUÇÃO DE ENTREVISTAS/100	INDET.	1.000	150	50	1.200	-	1.200	
6. DIGITAÇÃO (PARA PRODUÇÃO)	INDET.	2.450	367	122	2939	-	2.939	22.379
II . MATERIAL DE EXPEDIENTE (CONFORME NOTAS EXPLICATIVAS)								
1.095								
III. SERVIÇOS GRÁFICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRESSÃO DO RELATÓRIO FINAL (ESTIMATIVA)								
3.500								
IV . EQUIPAMENTOS:								
a) 2 MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS / DIGITAL : 2 x 1.000 = 2.000								
b) 2 GRAVADORES PORTATÉIS : 2X 550 = 1.100								
c) 1 MICRO-COMPUTADOR COM PERIFÉRIOS (IMPRESSORA, SCANNER E KIT MULTIMÍDIA):								
3.000 6.100								
V . PRODUÇÃO DE VÍDEO (VIDE NOTAS EXPLICATIVAS)								
4.000								
TOTAL DAS DESPESAS:							37.074	

ARQ. WORD: PCI 2
GEL

ORÇAMENTO DE RECEITAS

A definir, tendo em vista processo de negociação e captação em curso.

8. Conclusão

A execução do PCI, em Salvador, terá um caráter piloto e um produto final com um substancial conjunto de informações sócio-econômico e cultural sobre os “índios” e “índio-descendentes” domiciliados nesta capital. Tais informações e documentários serão



organizado sob a forma de banco de dados – BD. Acresce sublinhar que pesquisadores autônomos ou ligados a quaisquer instituições poderão acessar a essas informações visando levantar linhas interpretativas ou para efeito coleta de dados auxiliares a trabalhos didáticos ou para-didáticos.

A fundamentação teórica do PCI, assim como a possibilidade de testa-lo em outra cidades e regiões oferece a oportunidade de ampliação concentrada dos levantamentos sobre o perfil dos “índios” e dos “índio-descendentes” nos centros urbanos.

Não tardará a hora em que a imagem dos grupos humanos “caboclos”, “pardos”, “mestiços” tomará expressão e visibilidade, reforçando desse modo a importância da matriz nativa, indígena, na formação da nossa sociedade.

Salvador, Bahia, maio/2005

